

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# DA POTÊNCIA AO DÉFICIT: A ESCOLA COMO APARELHO DE PATOLOGIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA

Kaliny Ferraz, Rodrigo Pelloso Gelamo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14246>

Submetido em: 2025-11-22

Postado em: 2025-12-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## ARTIGO

# DA POTÊNCIA AO DÉFICIT: A ESCOLA COMO APARELHO DE PATOLOGIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA

Kaliny Ferraz

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6998-1403>

< [kaliny.ferraz@unesp.br](mailto:kaliny.ferraz@unesp.br) >

Rodrigo Pelloso Gelamo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1532-3243>

< [rodrigo.gelamo@unesp.br](mailto:rodrigo.gelamo@unesp.br) >

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, SP – Brasil.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Didática e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Filosofia Da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, SP – Brasil.

**RESUMO:** O presente artigo examina como a instituição escolar, sob a influência da racionalidade neoliberal, transcendeu sua função educativa para se consolidar como um dispositivo de controle e otimização da vida. Argumenta-se que, imersa na lógica do capital, a escola se alinha a mecanismos que promovem a produtividade e a conformidade, enxergando o corpo e a subjetividade como capital humano a ser aprimorado. A análise histórica dos conceitos de normal e patológico, influenciada por autores como Canguilhem e Foucault, evidencia a construção social de “verdades” sobre a saúde e o comportamento, as quais legitimam a patologização da existência humana. A partir desse arcabouço teórico, o texto demonstra como a escola moderna, por meio de seu aparato disciplinar, passou a gerir a infância, convertendo-a em objeto de intervenção biopolítica. A crítica central se dirige à instrumentalização de saberes como a medicina e a psicologia que, sob o pretexto da inclusão, atuam na normalização de subjetividades que resistem à norma, transformando a diversidade em déficit a ser corrigido. Conclui-se que, ao invés de atuar como espaço de emancipação, a escola opera como uma ferramenta de ajuste social que prioriza a funcionalidade e a produtividade em detrimento da singularidade e da potência da vida.

**Palavras-chave:** Escola, Normalização, Patologização, Biopolítica, Capital Humano.

## FROM POTENCY TO DEFICIT: THE SCHOOL AS AN APPARATUS FOR THE PATHOLOGIZATION OF EXISTENCE

**ABSTRACT:** This article examines how the school institution, under the influence of neoliberal rationality, has transcended its educational function to consolidate itself as a device of control and optimization of life. It is argued that, immersed in the logic of capital, the school aligns itself with mechanisms that promote productivity and conformity, viewing the body and subjectivity as human capital to be enhanced. The historical analysis of the concepts of normal and pathological, influenced by authors such as Canguilhem and Foucault, highlights the social construction of "truths" about health and behavior, which legitimize the pathologization of human existence. From this theoretical framework, the text demonstrates how the modern school, through its disciplinary apparatus, began to manage childhood, converting it into an object of biopolitical intervention. The central critique is directed at the instrumentalization of knowledge such as medicine and psychology which, under the pretext of inclusion, act to normalize subjectivities that resist the norm, transforming diversity into a deficit to be corrected. It is concluded that, rather than acting as a space for emancipation, the school operates as a tool for social adjustment that prioritizes functionality and productivity over singularity and the potency of life.

**Keywords:** School, Normalization, Pathologization, Biopolitics, Human Capital.

## DE LA POTENCIA AL DÉFICIT: LA ESCUELA COMO APARATO DE PATOLOGIZACIÓN DE LA EXISTENCIA

**RESUMEN:** Este artículo examina cómo la institución escolar, bajo la influencia de la racionalidad neoliberal, ha trascendido su función educativa para consolidarse como un dispositivo de control y optimización de la vida. Se argumenta que, inmersa en la lógica del capital, la escuela se alinea con mecanismos que promueven la productividad y la conformidad, viendo el cuerpo y la subjetividad como capital humano a ser mejorado. El análisis histórico de los conceptos de normal y patológico, influenciado por autores como Canguilhem y Foucault, evidencia la construcción social de "verdades" sobre la salud y el comportamiento, las cuales legitiman la patologización de la existencia humana. A partir de este marco teórico, el texto demuestra cómo la escuela moderna, a través de su aparato disciplinario, pasó a gestionar la infancia, convirtiéndola en objeto de intervención biopolítica. La crítica central se dirige a la instrumentalización de saberes como la medicina y la psicología que, bajo el pretexto de la inclusión, actúan en la normalización de subjetividades que resisten la norma, transformando la diversidad en un déficit a ser corregido. Se concluye que, en lugar de actuar como un espacio de emancipación, la escuela opera como una herramienta de ajuste social que prioriza la funcionalidad y la productividad en detrimento de la singularidad y la potencia de la vida.

**Palabras clave:** Escuela, Normalización, Patologización, Biopolítica, Capital Humano.

## INTRODUÇÃO

A escola moderna opera com base na criação de um "aluno ideal": um sujeito que deve ser simultaneamente quieto, organizado, eficiente e proativo, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pela ordem institucional. No entanto, esse ideal é, por definição, inalcançável e inexistente. A proatividade excessiva é vista como uma ameaça à dinâmica da aula, o silêncio absoluto pode ser interpretado como desinteresse, e a eficiência exacerbada desestabiliza a norma do grupo. Além disso, essa performance deve ser constante, independentemente das transformações biológicas, sociais ou familiares que atravessam a existência do estudante.

Essa normalidade é, portanto, uma construção que se baseia na maximização e otimização de certas capacidades humanas. Ocorre que, apesar de ser um padrão artificial e inatingível, ela é naturalizada e tomada como a condição ideal do ser humano. Aqueles que, em sua luta constante, conseguem se aproximar desse padrão, são premiados com certificações e reconhecimentos, sendo considerados a minoria "normal" que serve de modelo. Consequentemente, aqueles que não se enquadram são vistos como anormais, cuja existência precisa ser corrigida e ajustada, em vez de ser compreendida em sua singularidade.

Ao refletirmos sobre a função social da educação escolar, é possível concebê-la como um espaço destinado à ampliação das potencialidades humanas. A escola, enquanto lugar de formação integral, deveria estar vinculada a práticas pedagógicas que favorecessem a experimentação, a possibilidade do erro, o exercício do acerto e, sobretudo, o desenvolvimento singular de cada sujeito. Entretanto, na realidade concreta, essa instituição frequentemente se distancia dessa perspectiva, assumindo funções que extrapolam o campo educativo e aproximam-se de dispositivos de controle e regulação dos comportamentos.

Com o advento da sociedade neoliberal, os diferentes aspectos da vida passam a ser atravessados pela lógica do capital. Nesse contexto, cada sujeito é interpelado a investir continuamente em si mesmo, convertendo-se em uma máquina eficaz de produção, em que falhar significa a possibilidade de exclusão tanto da lógica econômica quanto da própria vida social. Os corpos em processo de formação, como os de crianças e adolescentes, tornam-se alvo privilegiado dessa racionalidade: fazem barulho, resistem, erram, riem, choram e experimentam intensamente a existência, apresentando comportamentos que destoam das expectativas normativas.

A escola, nesse cenário, deveria constituir-se como espaço de construção da autonomia e do pensamento crítico, possibilitando que cada sujeito elaborasse escolhas e desenvolvesse uma ética própria. Tal finalidade pressupõe a liberdade de experimentar, de errar e de elaborar formas singulares de existência. No entanto, a instituição escolar frequentemente se distancia dessa concepção formativa e, em consonância com os imperativos de eficácia da racionalidade neoliberal, opera como um dispositivo disciplinar no sentido foucaultiano: ao invés de abrir horizontes, organiza, classifica e controla os corpos, recorrendo a laudos, diagnósticos e CIDs que reduzem a diversidade da experiência infantil e juvenil à condição de déficit. Nesse movimento, o espaço que deveria potencializar a vida acaba por se alinhar a práticas de normalização e patologização.

Do ponto de vista docente, a escola está atravessada pela exigência de “bater metas” relacionadas a competências, habilidades e conteúdo. Nesse cenário, o espaço para considerar o sujeito em sua singularidade torna-se reduzido. Muitos professores, diante dessa pressão, acabam atuando como mediadores no processo de diagnóstico da vida, contribuindo para a tradução das diferenças em déficits e para a disciplina dos corpos segundo critérios de utilidade e produtividade. Paralelamente, estabelece-se um jogo de responsabilização mútua entre professores, estudantes e famílias, que se culpabilizam reciprocamente, enquanto a estrutura de poder da instituição escolar permanece pouco questionada e continua a operar na modulação e normalização das condutas.

Para discutir esses conceitos, iniciamos com uma revisão histórica da separação entre normal e patológico, compreendendo o desenvolvimento do tratamento dos modos de vida considerados "deficientes" ao longo do tempo. Em seguida, analisamos como essa lógica foi absorvida pela racionalidade neoliberal, investigando a autogestão e a apropriação dos saberes médicos e psicológicos como práticas centrais para a eficácia e otimização dos corpos. Por fim, aprofundamos a instituição escolar como o palco privilegiado onde esses mecanismos se encontram, analisando seu papel como aparelho disciplinar voltado à otimização. Esperamos que essa crítica possibilite repensar a escola e as práticas pedagógicas, orientando-as para a construção de relações que respeitem a diversidade e potencializem o desenvolvimento das singularidades.

## **SOBREVOO ENTRE O NORMAL E O PATOLÓGICO**

Tradicionalmente, “patológico” está associado a doença ou disfunção, enquanto “normal” seria o padrão esperado. No entanto, os conceitos de normal e patológico estão imersos em relações de poder, dependendo de normas sociais e culturais para serem compreendidos.

Historicamente, o conceito de patologia transformou-se, passando a classificar e normatizar diferenças nos corpos e na vida humana. No século XX, Canguilhem dedicou-se a pesquisar o que seria o patológico nessa época. A tese de sua obra tem como objeto principal a linha que separa o normal do

patológico, levantando a grande questão sobre “o quanto a técnica humana tem o poder de forçar o corpo a se enquadrar em ideias normativas” (FERRAZ, 2020, p. 48). Ao analisar os discursos médicos de François-Joseph Victor Broussais, ele observa que Broussais defendia a patologia como um dogma capaz de medir a normalidade por desvios quantitativos, frequentemente expressos por prefixos como hiper- ou hipo- (CANGUILHEM, 2006, p.13). Essa prática discursiva evidencia como a medicina tendia a naturalizar normas e, assim, invisibilizar a heterogeneidade presente na vida humana, abrindo caminho para uma reflexão sobre diversidade e singularidade.

É válido ressaltar que a própria doença não possui uma existência independente; ela se constitui dentro de um registro discursivo próprio das áreas médicas, que organiza as experiências humanas para interpretá-las e nomeá-las. Como lembra Safatle (2011, p.12), a chamada “gramática da doença” não é algo intrínseco à doença em si, mas à maneira como o saber clínico lê, interpreta e categoriza sintomas, sinais e comportamentos corporais. Dessa forma, o que é considerado patológico depende também da perspectiva do sujeito que analisa o corpo, mostrando que a doença não é algo exato ou determinado, mas se insere em normas, discursos e convenções médicas.

Ainda, o conceito “patológico” deriva de uma imposição de normalidade, ou seja, designa o que é e o que não é normal. Desse modo, a patologia não vem como um significado próprio, mas sim trazendo a variação negativa do normal. De acordo com Safatle, retomando a tese de Canguilhem:

semanticamente, o patológico é designado a partir do normal, daí porque ele será descrito como distúrbio, transtorno, déficit ou excesso que acontece no nível de funções e órgãos [...]. Quer dizer, a doença nada mais é do que um subvalor derivado do normal. (SAFATLE, 2011, p. 16).

Nosso objetivo em pensar sobre essa prática discursiva da doença não é relativizar ou invisibilizar um corpo que precisa de assistência médica, mas sim compreender que não há um determinismo biológico. Isso significa que o que chamamos de patológico depende do olhar clínico, das normas médicas e das convenções sociais, permitindo que o cuidado seja orientado tanto pelo conhecimento técnico quanto pela atenção à singularidade e às experiências do paciente.

Quando falamos de normal e patológico, não referenciamos apenas o corpo e saúde, mas também de um jogo entre ordem/desordem, norma/erro, que são categorias sociais e culturais, envoltas numa ordem discursiva. Isto é, conforme nos ensina Canguilhem (2002), para se compreender um problema clínico, é necessário recorrer a outros discursos que envolvem as raízes sócio-históricas do caso. O discurso científico e os saberes médicos conseguem descrever o problema, mas as questões que envolvem a normalidade são, fundamentalmente, problemas filosóficos (FERRAZ, 2020, p. 49).

A origem do conceito de normalidade, advém do nomos grego e do norma latino, referindo-se à uma ideia de equilíbrio, ou seja, a mediana (FERRAZ, 2020, p. 51). Contudo, no advento da sociedade neoliberal, a normalidade adquire centralidade, quando se institui uma ordem social ajustada às exigências do sistema industrial.

Michel Foucault se dedicou a pensar essa relação intrínseca entre normalidade e capitalismo no conjunto de textos compilados na *Microfísica do Poder* (1984). Para ele, em vez de promover uma medicina individualista, o capitalismo instrumentalizou o corpo como força de trabalho, gerando uma “medicina social” voltada à normatização, vigilância e produtividade — ou seja, à manutenção da ordem socioeconômica. Nesse sentido, a hipótese de Foucault (2012) é a de que:

com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho (FOUCAULT, 2012, p.144)

Atualmente, existe um conjunto de normas, saberes e relações de poder que orienta práticas voltadas à “melhoria” do corpo. Nesse contexto, o discurso legitima essas práticas ao vinculá-las à ideia de eficiência, usando-a como justificativa para sua aplicação.

Em História da Sexualidade I: a vontade de saber (1976), Foucault argumenta que o poder não apenas proíbe, mas também produz saberes que, por sua vez, criam e controlam os sujeitos. O poder e o saber estão intrinsecamente ligados na formação de "verdades" sobre o corpo, o prazer e a identidade.

O fundamental deste eixo são as práticas discursivas, na qual podemos conceituar como uma rede de signos interligada a outros inúmeros discursos (ou redes de discurso), em um sistema aberto que tanto registra quanto reproduz e estabelece os valores de determinada sociedade (BRANDÃO, 2015, p. 392). Logo, é um equívoco entender o discurso como um encadeamento lógico de frases e palavras que pretendem um significado entre si, mas, antes, ele se colocará como um importante instrumento de organização funcional de ordenação do imaginário social.

Nesse sentido, parece-nos que é problemático impor patologias como a forma anormal de um corpo ou existência, em contraste com o "normal" ou "saudável", especialmente quando essas concepções são baseadas em verdades biológicas absolutas. A verdade não é algo neutro e universal, mas sim uma construção social, produzida dentro de cada sociedade. Corroborando a esse argumento, Foucault (2012) entende que a verdade é circunscrita às relações sociais, ou seja,

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2012, p. 52).

A “verdade” está intrínseca aos sistemas de poder, que a produzem em suas instituições e a apóiam, e, também, a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2012, p. 54). Segundo o filósofo, as práticas de saber-poder e seus efeitos subjetivantes atingem práticas pedagógicas, no mais amplo sentido, pois constituem uma verdade que

É ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 2009, p. 17).

Portanto, o contraste entre patológico e normal não é algo neutro ou natural, mas sim o produto de regimes de verdades produzidos socialmente e sustentado por relações de saber-poder. Canguilhem defende a normalidade como um produto de estatísticas, médias, comum:

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem equivalentes – no mesmo meio – ou superiores – em outro meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade (CANGUILHEM, 2002, p. 113).

Assim, para Canguilhem (2002), não há fatos que sejam intrinsecamente normais ou patológicos. Anomalias e mutações representam outras normas de vida possíveis. Uma condição será considerada patológica se sua norma de vida for inferior à anterior; será considerada normal se for equivalente ou superior em determinado contexto. Assim, a normalidade advém de sua capacidade normativa, e não de uma característica fixa. Isto é, a normalidade é, somente, um produto das estatísticas, enquanto que a normatividade é a capacidade ativa, vital e criadora do ser vivo de estabelecer suas próprias regras de funcionamento e de julgar o que é bom ou ruim para si.

Assim, compreender a verdade como construção histórica e envolta em relações de poder, nos permite problematizar concepções biologizantes e questionar a naturalização e padronização das formas de existências.

## **NEOLIBERALISMO E O IMPERATIVO DA EFICIÊNCIA: A AUTOGESTÃO DO CORPO**

O Estado moderno tem uma forma sutil de exercer controle, pois a dinâmica de poder transcende o uso da coerção física e da mera proibição. Ele opera, de forma mais implícita, através da normalização, um processo pelo qual se estabelece e se difunde um padrão ideal de comportamento. O propósito fundamental dessa estratégia é o de tornar a população produtiva, um objetivo que se alinha diretamente com o contexto do neoliberalismo. A conformidade a esse padrão facilita o controle social e a instrumentalização dos indivíduos no sistema econômico.

Nesse contexto, o Estado estabelece um vasto aparato institucional com o objetivo de promover a normalização da população. Conforme a perspectiva de Michel Foucault (2001, p. 62), a norma não é apenas um padrão, mas a base de legitimidade para os mecanismos de poder. Este poder normativo difere dos modelos repressivos tradicionais, pois se fundamenta em um princípio de qualificação e correção, empregando técnicas de intervenção que, em vez de excluir, visam a inclusão de indivíduos.

A principal consequência desse processo de intervenção é a produtividade. Ao submeter as populações a esses procedimentos, o sistema as torna funcionalmente ativas no âmbito da política neoliberal, transformando-as em produtoras e consumidoras. A assimilação desse modelo se dá no nível do desejo individual, onde a subjetividade é moldada para se alinhar aos objetivos do sistema. Isso se manifesta em práticas como a busca por aprimoramento físico e psicológico, o desenvolvimento de networking e a autoeducação, em uma lógica de autogestão que trata o indivíduo como um empreendedor de si mesmo.

O neoliberalismo, portanto, não é apenas um sistema econômico; é uma tecnologia de governo que atua diretamente no plano da subjetividade. Em vez de impor regras externas, o poder se interioriza e coage o indivíduo a trabalhar para si mesmo, eliminando qualquer distância entre o eu e a lógica da empresa. Essa transição do poder disciplinar para o novo modelo de governança do desejo é detalhadamente analisada por Laval e Dardot (2016):

A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, simplesmente, *neossujeito*. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. As grandes proclamações a respeito da importância do “fator humano” que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se quiser dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substrato dos dispositivos de direção das condutas. Porque o reconhecimento dos novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, eliminando, assim, qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Quanto mais próximo o indivíduo estiver da empresa – na significação de sua existência, em sua afetividade, em sua formação – tanto mais ele será desejável (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 327)

Desse modo, o resultado da fusão entre emprego e vida pessoal revela uma lógica de poder que não mais se exerce prioritariamente pela via da repressão direta, mas pela captura e gestão do desejo, da motivação e da própria subjetividade do indivíduo. Nesse contexto, o controle não se restringe ao corpo ou à obediência formal, mas volta-se para a interioridade do sujeito, buscando engajá-lo integralmente em sua atividade laboral.

O neoliberalismo fabrica subjetividades que possuem seus desejos voltados para a gestão da vida como um negócio próprio. Temos metas, estratégias, valores, missão e controle pessoal. Dessa forma, é incutido em nosso *ethos* uma necessidade e busca por aprimoramento, competitividade e maximização da minha existência, em busca da eficácia.

Isto é, o poder motiva as pessoas pelo desejo, incentivando a fazer as coisas por conta própria. A governamentalidade não advém de uma pressão externa para alcançar padrões, mas se interioriza como uma ordem imperiosa que vem do nosso próprio desejo. Conforme Laval e Dardot, a racionalização do desejo

está no centro da norma da empresa de si mesmo. Como ressalta um de seus tecnólogos, Bob Aubrey, consultor internacional californiano, “falar em empresa de si mesmo é traduzir a ideia de que cada indivíduo pode ter domínio sobre sua vida: conduzi-la, geri-la e controlá-la em função de seus desejos e necessidades, elaborando estratégias adequadas”. Enquanto maneira de ser do eu humano, a empresa de si mesmo constitui um modo de governar-se de acordo com valores e princípios. Nikolas Rose destaca alguns: “Energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade pessoal”<sup>14</sup>. Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos. Os novos paradigmas que englobam tanto o mercado de trabalho como o da educação e da formação, “formação por toda a vida” (*long life training*) e “empregabilidade”, são modalidades estratégicas significantes (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 333).

Assim, essa fabricação do sujeito neoliberal implica no desejo de sermos nossos próprios gestores, transformando a vida em um projeto de aprimoramento contínuo a serviço do capital. Nós nos

tornamos os CEOs de nós mesmos, agindo por nossa própria vontade para nos encaixarmos e sermos produtivos na economia.

Nessa perspectiva da subjetividade agenciada pelo neoliberalismo, discursos médicos e psicológicos deixam de tratar apenas de doenças e se tornam ferramentas de otimização. Os saberes da área da saúde intensificam a ideia de que o indivíduo é o responsável por seu sucesso ou fracasso.

A apropriação inadequada dos saberes médicos e, em especial, da área da psicologia, contribui para a patologização da vida. Esse fenômeno ocorre quando emoções e comportamentos inerentes à experiência humana são convertidos em categorias diagnósticas, rotuladas como defasagens que exigem manutenção e correção. A tristeza, por exemplo, é frequentemente reconfigurada como depressão; a timidez é elevada ao status de fobia social; o cansaço e a desmotivação são enquadrados como transtorno de déficit de atenção; e a falta de limites ou atenção é patologizada como transtorno opositor desafiador.

É fundamental ressaltar que a nossa crítica não invalida a existência de doenças e condições humanas que são, de fato, patológicas. Pelo contrário, o foco da nossa argumentação reside na utilização instrumental do conhecimento psicológico com o propósito de patologizar indevidamente a existência humana.

Então, o uso distorcido das técnicas psicológicas, promovem o gerenciamento das emoções, pensamento e corpo humano para torná-lo mais útil. A terapia, o coaching e os livros de autoajuda se tornam ferramentas essenciais para "consertar" o que não se encaixa no padrão de sucesso do empreendedor de si. O objetivo é que o indivíduo seja um "efeito composto" que combine biologia, psicologia, economia, moral e redes sociais para maximizar seu potencial (LAVAL; DARDOT, 2016).

## **A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A OTIMIZAÇÃO DOS CORPOS**

A instituição escolar se insere como uma ferramenta de otimização, assim como o discurso psicológico. Inclusive, muitos desses discursos são apropriados pela escola como forma de impor patologias às existências, como forma de moldar o indivíduo de acordo com as demandas institucionais. Essa instituição poderosa captura os sujeitos desde muito novos até a maioridade, atuando de forma intensa na modulação dos corpos. Como cita Veiga-Neto (2015, p. 53) “se compreendermos a educação como o conjunto de ações pelas quais uns conduzem os outros, logo compreendemos que ela ocupa lugar de honra nos estudos sobre o governo”.

A escola é uma das primeiras e mais importantes instituições a moldar o comportamento humano. Ela estabelece um conjunto de regras e normas que são fundamentais para o funcionamento da sociedade. A rotina escolar modula a disciplina do corpo quando, por exemplo, coloca os alunos enfileirados por longos períodos, obedecem horários, disciplinam até mesmo sua fisiologia para ir em determinado momento ao banheiro. Tais normas não se preocupam com o pedagógico, mas sim no disciplinamento do corpo, capaz de suportar longas jornadas de trabalho e seguir ordens. De acordo com Veiga-Neto o governo da infância tem o objetivo de:

conduzi-la para determinados “lugares” numa cultura, para determinadas posições numa sociedade e para determinadas formas de vida já partilhada por aqueles que já estavam aí. Assim, o que se coloca em questão e é da maior importância não é apenas sabermos como isso está sendo feito, ou seja, de que maneiras se governa hoje a infância, mas sim para onde essas formas de governo a estão levando. Conhecer os modos pelos quais as crianças estão sendo

governadas tem tudo a ver com o tipo de sociedade futura que está hoje a ser gestada nas famílias, nas escolas e nos espaços sociais mais abertos (VEIGA-NETO, 2015, p. 56).

Para além de uma mera disciplina dos corpos, a escola atua como uma ferramenta fundamental na construção da noção de capital humano. A instituição deixa de ser concebida unicamente como um local de transmissão de conhecimento para se converter em um ambiente de investimento pessoal, onde o indivíduo é instado a aprimorar-se com o intuito de se tornar mais valioso no mercado de trabalho.

Na educação brasileira, é possível ver um aumento da ideologia neoliberal após a reforma do ensino médio, em que os alunos perdem matérias fundamentais de cunho científico, denominada Formação Geral Básica, sendo substituídas por matérias de Itinerários Formativos que envolvem parcerias com escolas técnicas privadas ou disciplinas voltadas para as áreas empresarial e empreendedor. Torna-se ainda mais visível que “está em curso a forma de pensar e trabalhar a educação como produto e como oferta, sendo o educando um consumidor” (ARAUJO, MONTEIRO, SANTOS, 2024, p. 71).

Essa lógica é amplificada pela adoção de mecanismos classificatórios, como notas, rankings e premiações, que fomentam uma intensa competitividade e concorrência entre os alunos. Tal processo reforça a premissa neoliberal de que o sucesso é uma consequência exclusiva do mérito e do esforço individual. Adicionalmente, os métodos avaliativos inculcam na subjetividade do estudante a crença de que seu valor está atrelado diretamente à sua capacidade de produção. Desse modo, o desenvolvimento humano e a educação são ressignificados como um investimento pessoal, orientado para a obtenção de um retorno financeiro no futuro.

A lógica neoliberal também ressignifica o papel do professor, que deixa de ser um mediador do conhecimento para se tornar um prestador de serviços. Essa nova função o coloca em uma posição de constante negociação, buscando agradar a uma clientela diversificada, que inclui alunos, pais, gestores e as instâncias estatais. O trabalho pedagógico, assim, é despojado de sua finalidade formativa e se converte em uma atividade orientada para o cumprimento de metas, em um modelo que espelha as exigências de eficiência e competitividade do mercado. Essa ideia mercadológica da educação é estudada por Araújo; Monteiro e Santos:

Por isso, apresenta-se, fortemente, uma visão que os estudos devem ser rentáveis, traduzindo-se em expectativa de ganhos financeiros futuros. Essa lógica estimula a concorrência entre os estudantes, através de testes e avaliações sistemáticas, mas, também, faz os professores e as escolas competirem entre si. Isso porque, em tal cenário, estudantes e pais passam a ser tratados como consumidores que devem escolher “livremente” entre escolas que competem pelos melhores estudantes. A ideia fundamental é que os pais e mães sejam responsáveis, em razão das prioridades e da renda que possuam, pelo investimento que fazem nos filhos. Tudo isso se fundamenta numa pedagogia individualista e funcional das necessidades, em que o ranqueamento das escolas e sistemas de ensino atua como propulsor da própria racionalidade neoliberal (ARAUJO, MONTEIRO, SANTOS, 2024, p. 71).

A infância é capturada pelos discursos da racionalidade neoliberal, sendo precocemente inserida nessa lógica. Isso ocorre porque ela é vista como um prenúncio da renovação populacional. Consequentemente, ações como corrigir, educar, controlar e medicalizar a criança são empreendidas com o objetivo de prevenir o "descaminho" do adulto que ela se tornará. Em contrapartida, quando um adulto

exibe um desvio da norma social, recorre-se à sua infância em busca de fatores que possam justificar tais condutas (CARVALHO, 2015, p. 28).

A instituição escolar, imersa na racionalidade neoliberal, opera como um dispositivo de produção de subjetividades e corpos dóceis. Nesse contexto, a disciplina é redefinida como um imperativo de autocultivo e otimização do capital humano, onde a individualidade é capturada e direcionada para o aprimoramento contínuo das capacidades produtivas. Corpos que resistem, desorganizam ou se desviam dessa norma são prontamente identificados como disfuncionais que precisam de regulação. Conseqüentemente, tornam-se alvos de microfísicas do poder que buscam a sua disciplinarização e reinserção na lógica do biopoder e da biopolítica, transformando a resistência em matéria-prima para a conformação de sujeitos produtivos.

Até o final do século XIX, os desvios de comportamento na infância eram frequentemente enquadrados na categoria de idiotia — que englobava a imbecilidade e a debilidade mental. Essa condição era entendida como um atraso no desenvolvimento da inteligência e da vontade moral. A criança "idiotia" era vista como incapaz de se adequar, agindo de forma instintiva e, muitas vezes, caótica (LOBO, 2015, p. 205-207).

Historicamente, essas crianças, consideradas "defeituosas" ou "idiotas", não contavam com instituições específicas de acolhimento. Elas eram misturadas em asilos de mendicidade com idosos, mendigos e pessoas com doenças incuráveis ou transtornos mentais. Apenas em 1895, uma legislação específica permitiu a separação das crianças dos adultos, marcando uma mudança significativa nesse cenário (LOBO, 2015, p. 209).

O século XIX também foi um período de emergência de estratégias de intervenção e gestão biopolítica sobre corpos e populações. Esse contexto impulsionou a criação de novas classificações para desvios e anomalias, assim como novas formas de intervir sobre os corpos considerados anormais. Isso facilitou a proliferação de diagnósticos de doenças relacionadas ao comportamento e à personalidade.

Diferentemente de uma lógica de exclusão, as condutas que se afastam da normalidade passam a ser integradas e gerenciadas por meio de um conjunto de dispositivos de poder. A medicina, a psicologia e a biologia são mobilizadas como saberes estratégicos para regular os comportamentos, com o intuito de prolongar e, ao mesmo tempo, qualificar a vida. Essa regulação visa não apenas à perpetuação da vida, mas à sua otimização através de um conjunto de tecnologias que constituem o conceito de biopoder.

Com o contexto do neoliberalismo, não se procurou mais a exclusão dos modos de vida que não se enquadram na normalidade, mas sim a recuperação desse condenado, visando obter sua reintegração ao meio social o mais normalizado possível. Conforme aduz Carvalho:

Em uma sociedade em que prevaleceu, sobretudo desde a Revolução Industrial, a busca pela eficácia dos corpos em nome da lucratividade e da eficiência do progresso, seria inevitável que os seres incapazes, ou melhor, com certos déficits de eficiência, fossem destinados às soluções que os segregam. Toda sociedade funciona basicamente pelo senso de pertencimento social. Para tanto, cada sociedade elege uma cultura de características e de traços individuais necessários à sua consolidação. Nesta dinâmica, a parte 'imprestável' não pode pertencer a mais-valia produtiva dos valores e dos anseios sociais. Então ela terá outro amparo. [...] Assim, os deficientes não serão nem visíveis e nem invisíveis: simplesmente têm tratamento especial. (CARVALHO, 2015, p. 30)

Em *Os Anormais*, Michel Foucault (2001) analisa a transição histórica de uma lógica de exclusão e confinamento dos indivíduos considerados anormais para um modelo de inclusão e gestão

dentro de dispositivos de controle. Segundo a análise foucaultiana, a sociedade moderna deixa de simplesmente rejeitar o anormal para, em vez disso, integrá-lo e submetê-lo a mecanismos de normalização. Esse novo paradigma emerge com o objetivo de otimizar a saúde, a longevidade e a força dos indivíduos, transformando a vida em um objeto de intervenção biopolítica.

A configuração neoliberal da biopolítica atua com o objetivo de capturar todos os segmentos da população. Essa estratégia de poder visa a controle total das condições funcionais dos indivíduos, transformando-os em sujeitos plenamente produtivos.

Nas sociedades capitalistas, a dinâmica do poder não se restringe à sua dimensão negativa e repressiva. Pelo contrário, ela assume um caráter produtivo, manifestando-se pela gestão positiva da vida de indivíduos e populações, para os quais são gerados saberes e tecnologias específicas. Por intermédio de mecanismos de disciplina e normalização, a positividade do poder consiste na "produção de populações dóceis, economicamente úteis, saudáveis e normais" (PORTOCARRERO, 2004, p. 171). A partir do advento do capitalismo, o poder não se resume à coerção, mas passa a ser exercido pela própria produtividade social.

Nessa conjuntura, as estratégias de poder buscam a "constituição de uma sociedade sadia e de uma economia social" (PORTOCARRERO, 2004, p. 171). Essa meta está diretamente atrelada ao projeto de prevenção e normalização do indivíduo, que utiliza saberes como a pedagogia para atingir esse fim.

Conforme abordado, cada período histórico constrói uma ordem discursiva que define o que é considerado normal, de acordo com as exigências sociais para o uso de corpos e subjetividades. Atualmente, a indisciplina emerge como um dos principais desafios pedagógicos. Estudantes que não se conformam às normas institucionais são submetidos a uma série de técnicas disciplinares visando à sua conformação. No entanto, a persistência de corpos que resistem a esse enquadramento evidencia a ineficácia desses mecanismos. Diante disso, observa-se o crescente uso de discursos médicos e psicológicos para diagnosticar e medicalizar crianças e adolescentes. Tais discursos acabam por patologizar a subjetividade, transformando a resistência em uma condição clínica, quando, em essência, essas são manifestações de corpos que se desviam da norma estabelecida.

A escola moderna, que emergiu no sistema do liberalismo, estabeleceu-se como uma instituição de adestramento e disciplinamento, cujo objetivo era o governo das crianças. O caráter "ingovernável" da infância é inserido nessa poderosa instituição que visa normalizar os sujeitos, produzindo comportamentos desejáveis e alinhados aos padrões de normalidade. Essa normalização é problematizada por Pagni:

Em vez de expulsar o monstro da escola ou relegá-lo ao seio da própria família, graças aos saberes médicos e psiquiátricos que se interpõem à educação das crianças a partir do século XIX, a arte de governo pedagógica as classifica em normais e anormais, para melhor aproveitar as capacidades dos primeiros e corrigir as incapacidades dos segundos de modo que se possa homogeneizar a população, ainda que seja para criar instituições específicas para esses últimos e completar a rede em torno da qual se exerce a educação pública (PAGNI, 2017, p. 201).

A resistência dos alunos, manifestada pela indisciplina, poderia servir como um catalisador para a escola reavaliar suas técnicas de controle e poder. No entanto, a instituição, em vez de se reinventar, mobiliza saberes que operam sob a lógica da inclusão, buscando capturar e tornar funcionais as subjetividades que não se conformam. Nesse processo, o aluno agitado é submetido a medicamentos e

terapias, tendo sua energia canalizada para profissões dinâmicas. Similarmente, a aluna considerada tímida ou desatenta também é alvo de intervenções com o objetivo de atribuir-lhe uma utilidade social. A escola, ao invés de refletir sobre seu próprio papel pedagógico, opta por patologizar essas subjetividades, recorrendo a saberes externos para garantir que cada corpo e cada mente se enquadrem nas práticas e demandas sociais.

Não se trata de defender o abandono da norma ou dos avanços tecnocientíficos na área da Educação Especial. A crítica é, na verdade, direcionada à forma como a ordem é transformada em regulamentos e saberes que se estabelecem como regimes de verdade inquestionáveis. Nesse modelo, os indivíduos com deficiência são vistos como meros objetos a serem incorporados, e não como sujeitos ativos. O cerne da crítica, portanto, é a patologização de certas características da existência humana, uma prática que prioriza a funcionalidade e a produtividade em detrimento da singularidade.

A trajetória delineada neste artigo revela que a escola, sob a égide da racionalidade neoliberal, não apenas disciplina, mas também governa a vida. Ao remodelar a noção de capital humano e ao transformar a educação em um investimento pessoal, a instituição escolar se torna um dos principais palcos onde o biopoder se exerce. A crescente medicalização e a busca por diagnósticos para cada comportamento que foge à norma revelam o esgotamento de um modelo pedagógico que se recusa a se reinventar. A grande questão que se impõe, portanto, é: para onde estamos conduzindo as futuras gerações ao submetê-las a um sistema que privilegia a funcionalidade e a produtividade acima da singularidade e da diversidade humana? A resposta a essa pergunta talvez comece na desconstrução dos saberes que nos ensinam a ver a resistência como patologia e a vida como um mero recurso a ser otimizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar como a instituição escolar, sob a racionalidade neoliberal, transcendeu sua função pedagógica para se consolidar como um aparelho biopolítico. Como um dispositivo de poder, a escola não é uma instituição meramente repressora, mas sim uma que atua na produção de corpos e subjetividades. Por meio de saberes que atravessam a prática pedagógica, a escola cria normas e vivências que resultam na otimização e gestão da vida. Isto é, dentro do neoliberalismo, a escola não visa apenas corpos dóceis; ela almeja corpos eficazes, alinhados à lógica do "capital humano".

Nessa perspectiva, esse artigo retomou a discussão sobre a patologização da existência a partir da concepção de 'normal' e 'patológico' que se apropria de saberes médicos e psiquiátricos, mas na verdade é uma construção da relação saber-poder. No neoliberalismo, a vida se transforma em uma autogestão – empreendedorismo de si –, onde qualquer desvio da performance máxima é visto como um déficit ou transtorno a ser corrigido.

A escola revelou-se o palco privilegiado dessa dinâmica, pois é nela que a infância — vista como o 'vir-a-ser' do capital humano — é gerenciada. A instituição escolar tem se apropriado de discursos da área da saúde sob o pretexto de incluir os alunos, mas, na prática, tem operado na captura das singularidades. Na escola, vemos as resistências – como um corpo inquieto, uma mente distraída, entre outros aspectos – como um sintoma clínico. No entanto, essas resistências deveriam mostrar que as práticas pedagógicas precisam se adaptar às realidades dos nossos alunos e repensar o padrão da

instituição. O que se observa, contudo, é uma escola que não objetiva emancipar o sujeito, mas torná-lo funcional para o sistema.

Reconhece-se que esta análise da instituição escolar se ateve a um percurso teórico-conceitual. Não foi objeto deste estudo, por exemplo, a análise de campo ou a escuta direta dos sujeitos (professores, alunos e famílias) que vivenciam esse processo de patologização.

A constatação deste cenário não aponta para um determinismo, mas sim para a urgência de se repensar as práticas pedagógicas. Para isso, professores, gestores, agentes educacionais e a sociedade em geral devem refletir sobre a função da escola dentro dos novos desafios sociais. Este artigo visa incitar ao desafio que se impõe: não é 'curar' o aluno, mas sim curar a própria escola de sua obsessão pela produtividade.

Trata-se, em última análise, de inverter a lógica que transforma a potência da vida em déficit administrável, devolvendo à educação sua capacidade de acolher o singular não como um problema, mas como a própria expressão da existência.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO LIMA, M. H. C. C. de; MONTEIRO, J. M.; SANTOS, V. B. dos. “Novo Ensino Médio” e neoliberalismo educacional: impactos no currículo e na gestão escolar. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 57–76, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236672588486>.
- BRANDÃO, R. T. P. Resenha: Ordem do Discurso. **Revista InterEspaço**, v. 1, n. 3, p. 392-398, 2015.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CARVALHO, H. Apresentação. *In*: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 7-12.
- COELHO, M. T. Á. D.; ALMEIDA FILHO, N. de. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 13-36, 1999.
- FERRAZ, K. **Governamentalidade, deficiência e educar: possibilidades da ética da amizade como resistência**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2020.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. *In*: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012. p. 143-170.
- FOUCAULT, M. **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOBO, L. F. O nascimento da criança anormal e a expansão da psiquiatria no Brasil. *In*: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 79-96.

PAGNI, P. A arte de governar a educação: o caso dos anormais. *In*: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 195-212.

PORTOCARRERO, V. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação e Realidade**, v. 29, n. 1, p. 169-185, 2004.

RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SAFATLE, V. P. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **Scientiae Studia**, v. 9, n. 1, p. 11-29, 2011.

SIGNOR, R. C.; BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A. P. A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 3, p. 743-763, 2017.

VEIGA NETO, A. Por que governar a infância? *In*: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 97-112.

**Submetido:** 22/11/2025

**Aprovado:** XX/XX/XXXX

**Editor(a) de seção:**

## **DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS**

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente devido à natureza da pesquisa (teórica/bibliográfica), mas está contido integralmente no próprio artigo.

## **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

(especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CRediT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI).

**Ferraz, K.:** Conceituação, Metodologia, Investigação, Análise Formal, Escrita – primeira redação.

**Gelamo, R. P.:** Supervisão, Conceituação, Escrita – revisão e edição, Validação.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.